



PRESENTES SAUDITAS

Gonet decide destino de Bolsonaro

Procurador-geral da República recebeu o relatório da Polícia Federal sobre os indiciamentos pelo suposto esquema de venda de joias e relógios dados ao ex-presidente. Ele decidirá se transforma envolvidos em réus nos próximos dias

» LUANA PATRIOLINO

Evaristo Sa / AFP

Está nas mãos do procurador-geral da República, Paulo Gonet, o próximo passo do inquérito que apura o suposto esquema de venda de joias da União durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). O chefe do Ministério Público Federal (MPF) recebeu o relatório da Polícia Federal que indiciou 12 pessoas, incluindo o ex-presidente, e deve anunciar, até 21 de agosto, se denunciará os envolvidos na investigação.

O indiciamento foi oficializado pela PF em 4 de julho, durante o recesso forense, mas só chegou à Procuradoria na semana passada. Gonet vai definir contra quais dos investigados oferecerá a denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF). O prazo para entrega do parecer foi definido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Bolsonaro foi indiciado com 11 aliados pelos supostos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro. De acordo com a Polícia Federal, a tentativa de desvio de bens recebidos pelo governo brasileiro na gestão dele pode ter chegado ao valor de mercado de cerca de R\$ 6,8 milhões.

Segundo o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, o ex-presidente era o mandante do esquema. Os valores adquiridos com a venda dos bens eram repassados em dinheiro vivo para evitar rastreamentos.

Outros indícios apontam que Bolsonaro levava as joias para o exterior durante viagens presidenciais em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Na investigação, o ministro Alexandre de Moraes autorizou o pedido de cooperação internacional feito pela PF para solicitar aos Estados Unidos a quebra de sigilo bancário das contas do ex-chefe do Executivo, de Mauro Cid e do pai dele, general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid.

Tentativa frustrada

O inquérito teve início após um ex-assessor do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque tentar entrar no país, em 2021, com um conjunto de joias da Arábia Saudita que seriam um presente à então primeira-dama, sem declarar à Receita Federal. O kit da marca Chopard era composto por colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes, e foi avaliado em R\$ 5 milhões.

Os objetos deveriam ter sido incorporados ao patrimônio da União. Em depoimento à PF, Bolsonaro optou por ficar em silêncio. Em outras ocasiões, no entanto, o ex-presidente negou ter ordenado a venda de joias, disse que não pediu ou recebeu presentes e reiterou que não há "qualquer ilegalidade" em seus atos.

Nos bastidores, a formalização da denúncia contra Jair Bolsonaro é dada como certa. A outra possibilidade que gira em torno do caso é a que Gonet prorrogue a análise do relatório da PF, caso julgue necessário. Enquanto a Procuradoria não se decide, o ex-chefe do Planalto viaja pelo país para apoiar seus aliados nas campanhas municipais deste ano.



» Entenda o esquema das joias

- Presentes eram enviados ao Brasil para patrimônio da União;
- Aliados teriam tentado entrar no país sem declará-los à Receita Federal;
- Bolsonaristas tentavam vender itens no exterior;
- Pagamentos teriam sido feitos em dinheiro e enviados ao ex-presidente.

» Veja a lista de investigados

- Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da República;
- Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro;
- Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, ex-ministro de Minas e Energia (MME);
- Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social de Bolsonaro;
- Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro;
- Mauro Cesar Lourena Cid, general do Exército e pai de Mauro Cid;
- Osmar Crivelatti, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro;
- José Roberto Bueno Júnior, ex-chefe de gabinete do MME;
- Julio Cesar Vieira Gomes, ex-secretário da Receita Federal;
- Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro;
- Marcelo da Silva Vieira, ex-chefe do Setor de Presentes durante o governo Bolsonaro.
- Marcos André dos Santos Soeiro, ex-assessor do ex-ministro de Minas e Energia.

» Kits que Bolsonaro tentou vender, segundo a PF

- Kit ouro rosé
- Relógio Patek Philippe Calatrava
- Kir ouro branco
- Relógio Patek Philippe Calatrava
- Joias femininas retidas pela Receita
- Esculturas douradas (barco e árvore)



Qualquer que seja o caminho adotado pela PGR neste caso, ainda haverá muitas chances para o ex-presidente, com base na ampla defesa e no contraditório, oferecer sua versão dos fatos, dentro do devido processo legal"

Melillo Dinis, advogado e analista político

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é outra peça fundamental no caso. Segundo a investigação, seria para ela o conjunto

de joias da Arábia Saudita. No entanto, a mulher de Bolsonaro não foi indiciada pela Polícia Federal por suposta apropriação e venda ilegal de itens que faziam parte do acervo presidencial.

Para os investigadores, não foram encontradas evidências da participação de Michelle nesses atos. Ela chegou a ironizar o caso, afirmando que iria criar uma marca de joias chamada "Mijoias".

A mistura do interesse público com os objetivos privados pode levar os agentes públicos a serem enquadrados nas leis de Improbidade Administrativa (8.429/92), do Funcionalismo (8.112/90) e no Código Penal.

"De toda forma, qualquer que seja o caminho adotado pela PGR neste caso, ainda haverá muitas chances para o ex-presidente, com base na ampla defesa e no contraditório, oferecer sua versão dos fatos, dentro do devido processo legal. E, claro, que sempre vai complicar as outras investigações", destaca o advogado e

analista político Melillo Dinis.

Jair Bolsonaro tem evitado tocar no assunto, pois há outro inquérito que também está tirando o sono do ex-presidente: o caso da Abin paralela, que apura uso da Agência Brasileira de Inteligência para espionagem ilegal, além da suspeita de interferência e elaboração de um plano para blindar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na investigação sobre a "rachadinha" (desviar recursos de seu gabinete).

A advogada criminalista Rairlane Roma ressalta que o andar das investigações podem gerar novos desdobramentos passíveis também de apuração. "As investigações podem ser interconectadas, e evidências ou confissões em um caso podem influenciar outros. Se Bolsonaro ou seus aliados forem condenados em um caso, isso pode fortalecer a posição da acusação em outros inquéritos", diz.

O professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio Sá e

Silva aponta que a investigação traz fortes evidências de que houve tentativa de apropriação das joias, que eram de propriedade do Estado brasileiro, por particulares. "Também há indícios fortíssimos de que o ex-presidente Bolsonaro participou disso, estava ciente das manobras para a venda das joias, as quais endossou com um simbólico 'selva'. Há vários elementos de prova direta, como documentos, mensagens trocadas, fotos", afirma.

Silva cita outros processos em que Jair Bolsonaro é alvo. "Considerando todos os inquéritos (joias, cartões de vacinas, Abin paralela, milícias digitais e atos antidemocráticos), a impressão que fica do governo anterior é que, enquanto destruiu políticas públicas relevantes, atuava para se apropriar de patrimônio público, cometer abusos e dar um golpe para se perpetuar no poder contra a vontade do eleitorado. Fechou o bingo da má governança", conclui.



A impressão que fica do governo anterior é que, enquanto destruiu políticas públicas relevantes, atuava para se apropriar de patrimônio público, cometer abusos e dar um golpe para se perpetuar no poder contra a vontade do eleitorado. Fechou o bingo da má governança"

Fabio de Sá e Silva, professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma